

Cargo: Professor de Educação Inclusiva

Língua Portuguesa

Leia o poema e responda as questões:

Não Pode Tirar-me as Esperanças

Busque Amor novas artes, novo engenho
Para matar-me, e novas esquivanças;
Que não pode tirar-me as esperanças,
Que mal me tirará o que eu não tenho.

Olhai de que esperanças me mantenho!
Vede que perigosas seguranças!
Pois não temo contrastes nem mudanças,
Andando em bravo mar, perdido o lenho.

Mas conquanto não pode haver desgosto
Onde esperança falta, lá me esconde
Amor um mal, que mata e não se vê.

Que dias há que na alma me tem posto
Um não sei quê, que nasce não sei onde;
Vem não sei como; e dói não sei porquê.

Luís Vaz de Camões, in "Sonetos"

01. Camões afirma que o amor não pode tirar-lhe as esperanças porque:

- a) o poeta não as tem.
- b) o poeta é medroso.
- c) o poeta não sonha.
- d) Nenhuma das alternativas.

02. Segundo o poema, Camões não teme contrastes nem mudanças devido:

- a) ser calmo.
- b) não ser perturbado.
- c) já levar uma vida perigosa e agitada.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

03. As palavras deferir e diferir em Ortografia classificam-se como:

- a) Ditongos.
- b) Hiatos.
- c) Dígrafo.
- d) Parônimos.

04. As vogais são fonemas sonoros e classificam-se conforme a Intensidade em:

- a) orais e nasais
- b) tônicas, subtônicas e átonas
- c) média, anteriores e posteriores
- d) abertas, fechadas e reduzidas

05. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão acentuadas corretamente:

- a) (eles)detêm, (ele)detêm, águo,mói, apazíguem
- b) (eles)detem, (ele)detêm,águo,moi apaziguem
- c) (eles)detêm, (ele)detem,águo,mói, apaziguem
- d) (eles)detêm, (eles)detem, águo,mói, apazigüem

06. As palavras animar, animador, desanimar e animação dentro da Morfologia são consideradas:

- a) Prefixos
- b) Desinências
- c) Sufixos
- d) Cognatas

07. Identifique a pontuação correta nas seguintes alternativas:

I) "Olha, Roque, você me vai dar um remédio." (Menotti Del Picchia)

II) "Iracema, a virgem dos lábios de mel, tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna." (José de Alencar)

III) "- Céus! Que injustiça?" (C. Castelo Branco)

- a) Apenas a II está correta
- b) Apenas a I e III estão corretas
- c) Apenas a III está correta
- d) Apenas a I e II estão corretas

08. Assinale a alternativa incorreta em relação a Crase:

- a) Eu andei à cavalo neste final de semana
- b) Joana não se esqueça de ir à terra de seus avós
- c) Já escrevi uma carta à Senhorita
- d) Iremos à Bahia no Carnaval

09. Identifique a oração abaixo:

"O ferro mata apenas; o outro infama, avilta, desonra."(Coelho Neto)

- a) Oração Coordenada Sindética Aditiva.
- b) Oração Coordenada Assindética.
- c) Oração Subordinada Substantiva Adjetiva.
- d) Oração Subordinada Substantivas Alternativa.

10. Identifique a oração abaixo:

"A preguiça gasta a vida como a ferrugem consome o ferro."

- a) Oração Subordinada Adverbial Conformativa.
- b) Oração Subordinada Substantiva Completiva Nominal.
- c) Oração Subordinada Adverbial Comparativa.
- d) Oração Coordenada Assindética.

11. Nas palavras engenho, esconde, tirar, mata e onde, temos os seguintes Fonemas:

- a) 6,5,5,4,4
- b) 5,5,5,4,3
- c) 5,5,4,4,4
- d) 6,6,5,4,3

Leia o texto e responda:

Tecendo a Manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã.
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.
João Cabral de Melo Neto

12. A ação de gritar do galo resulta a manhã e as expressões que apontam a manhã são:

- a) teia tênue, tela, tenda, toldo e luz balão.
- b) grito, lance, entretendendo, armação e fios de sol.
- c) erguendo, manhã, todos, outro e plana livre.
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

13. "A Presidente tem demonstrado preocupação com os índices de moradia.O Planalto não revelou ainda a taxa deste mês."

Coesão é a amarração entre as várias partes do texto e usamos como elo coesivo figuras de linguagem.

Nas orações acima percebe-se a presença da figura de linguagem identificada como:

- a) Catacrese.
- b) Elipse.
- c) Nominalização.
- d) Metonímia.

Leia um trecho da obra abaixo e responda as questões:

Amor de Perdição

(...)

Perdido o ano letivo, foi para Viseu Simão. O corregedor repeliu-o da sua presença com ameaças de o expulsar de casa. A mãe, mais levada do dever que do coração, intercedeu pelo filho e conseguiu sentá-lo à mesa comum.

No espaço de três meses fez-se maravilhosa mudança nos costumes de Simão. As companhias da ralé desprezou-as. Saía de casa raras vezes, ou só, ou com a irmã mais nova, sua predileta. O campo, as árvores e os sítios mais sombrios e ermos eram o seu recreio. Nas doces noites de estio demorava-se por fora até ao repontar da alva. Aqueles que assim o viam admiravam-lhe o ar cismador e o recolhimento que o seqüestrava da vida vulgar. Em casa encerrava-se no seu quarto, e saía quando o chamavam para a mesa.

D. Rita pasmava da transfiguração, e o marido, bem convencido dela, ao fim de cinco meses, consentiu que seu filho lhe dirigisse a palavra.

Simão Botelho amava. Aí está uma palavra única, explicando o que parecia absurda reforma aos dezessete anos.

Amava Simão uma sua vizinha, menina de quinze anos, rica herdeira, regularmente bonita e bem nascida. Da janela do seu quarto é que ele a vira pela primeira vez, para amá-la sempre. Não ficara ela incólume da ferida que fizera no coração do vizinho: amou-o também, e com mais seriedade que a usual nos seus anos.

Camilo Castelo Branco

14. Antes de Simão ir para Coimbra possuía o seguinte comportamento:

- a) ficava em casa e saía raras vezes.
- b) andava em companhia da ralé.
- c) vivia estudando.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

15. O fato que contribuiu para a mudança de comportamento de Simão foi:

- a) o amor pela família.
- b) o amadurecimento devido a idade.
- c) o amor por Teresa.
- d) o amor por Rita.

16. O motivo que marcou as atitudes de Simão foi:

- a) a supervalorização do amor.
- b) o refúgio na Natureza.
- c) o gosto pela solidão.
- d) os amigos da escola.

Conhecimentos Específicos

17. De acordo com o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005:

I- O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

II- As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de

Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

III- O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação: para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua; de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos; de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

IV- As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

V - O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

18. Não está de acordo com o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005:

- a) As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.
- b) São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.
- c) Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.
- d) As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, podem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

19. De acordo com o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 em seu Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

I- Ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;

II- Tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;
III- Realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;
IV- Seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;
V- Acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

20. De acordo com o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I- Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II- Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000Hz;

III- Deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV- Deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho;

V- Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

21. De acordo com o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I- Estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência;

II- Adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política;

III- incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

IV- viabilizar a participação da pessoa portadora de deficiência em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas;

V- ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho e garantir, sempre que possível, o efetivo atendimento das necessidades

da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b) Se apenas I, II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

22. De acordo com o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I- O acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência na maioria os serviços oferecidos à comunidade;

II- Integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social;

III- Desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência;

IV- Formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência;

V- Garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas II, III, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

23. De acordo com o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu Art. 8º São instrumentos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I- A articulação entre entidades governamentais e não-governamentais que tenham responsabilidades quanto ao atendimento da pessoa portadora de deficiência, em nível federal, estadual, do Distrito Federal e municipal;

II- O fomento à formação de recursos humanos para adequado e eficiente atendimento da pessoa portadora de deficiência;

III- A aplicação da legislação específica que disciplina a reserva de mercado de trabalho, em favor da pessoa portadora de deficiência, nos órgãos e nas entidades públicos e privados;

IV- O fomento da tecnologia de bioengenharia voltada para a pessoa portadora de deficiência, bem como a facilitação da importação de equipamentos; e

V- A fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa portadora de deficiência.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

24. De acordo com o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu Art. 11. Ao CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - , criado no âmbito do Ministério da Justiça como órgão superior de deliberação colegiada, compete:

I- Zelar pela efetiva implantação da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

II- Acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras relativas à pessoa portadora de deficiência;

III- Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Ministério da Justiça, sugerindo as modificações necessárias à consecução da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

IV- zelar pela efetivação do sistema centralizado de defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência;

V- acompanhar e apoiar as políticas e as ações do Conselho dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VI- Propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência;

VII- Propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa portadora de deficiência;

VIII - Aprovar o plano de ação anual da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE;

IX- Acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; e

X- Elaborar o seu regimento interno, se houver necessidade.

Estão incorretas as afirmativas:

- a) IV e X
- b) II e IX
- c) IV, V, VI e VII
- d) I, III, VIII, IX e X

25. De acordo com o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu Art. 16. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela saúde devem dispensar aos assuntos objeto deste Decreto tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I- A promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico, ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência, e à detecção precoce das doenças crônico-degenerativas e a outras potencialmente incapacitantes;

II- O desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidentes domésticos, de trabalho, de trânsito e outros, bem como o desenvolvimento de programa para tratamento adequado a suas vítimas;

III- A criação de rede de serviços regionalizados, descentralizados e hierarquizados em crescentes níveis de complexidade, voltada ao atendimento à saúde e reabilitação da pessoa portadora de deficiência, articulada com os serviços sociais, educacionais e com o trabalho;

IV- A garantia de acesso da pessoa portadora de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados e de seu adequado tratamento sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

26. De acordo com o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu Art. 19. Consideram-se ajudas técnicas, para os efeitos deste Decreto, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.

Parágrafo único. São ajudas técnicas:

- () Próteses auditivas, visuais e físicas;
- () Órteses que favoreçam a adequação funcional;
- () Equipamentos e elementos necessários à terapia e reabilitação da pessoa portadora de deficiência;
- () Equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de deficiência;

() Elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de deficiência;

() Elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa portadora de deficiência;

() Equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência;

() Adaptações ambientais e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal; e

() Bolsas coletoras para os portadores de ostomia.

Considerando V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, a sequência que preenche corretamente os parênteses acima é:

- a) V, V, V, V, V, V, V, V, V, V.
- b) F, F, F, F, F, F, F, F, F, F.
- c) F, V, V, V, V, V, V, V, V, V.
- d) V, F, F, F, F, F, F, F, F, F.

27. Não está de acordo com o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu

a) É considerado parte integrante do processo de reabilitação o provimento de medicamentos que favoreçam a estabilidade clínica e funcional e auxiliem na limitação da incapacidade, na reeducação funcional e no controle das lesões que geram incapacidades.

b) O tratamento e a orientação psicológica serão prestados durante as distintas fases do processo reabilitador, destinados a contribuir para que a pessoa portadora de deficiência atinja o mais pleno desenvolvimento de sua personalidade.

c) Durante a reabilitação, será propiciada, se necessária, assistência em saúde mental com a finalidade de permitir que a pessoa submetida a esta prestação desenvolva ao máximo suas capacidades.

d) Será vedada a realização de estudos epidemiológicos e clínicos, com periodicidade e abrangência adequadas, de modo a produzir informações sobre a ocorrência de deficiências e incapacidades.

28. De acordo com o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu Art. 24. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I- A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino;

II- A inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;

III- A inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas;

IV- A oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos e privados de ensino;

V- O oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um ano.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b) Se apenas I, II, III e V estiverem corretas
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

29. De acordo com o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em seu Art. 33. A orientação profissional será prestada pelos correspondentes serviços de habilitação e reabilitação profissional, tendo em conta as potencialidades da pessoa

portadora de deficiência, identificadas com base em relatório de equipe multiprofissional, que deverá considerar:

- I- Educação escolar efetivamente recebida e por receber;
- II- Expectativas de promoção social;
- III- Possibilidades de emprego existentes em cada caso;
- IV- Motivações, atitudes e preferências profissionais; e
- V- Necessidades do mercado de trabalho.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

30. De acordo com a lei nº 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outras providências:

I- É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

II- Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

III- Deve ser garantido, se possível, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

IV- O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

V- A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas I, II, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

31. De acordo com a lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001:

I- A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Nacional de Educação.

II- O Poder Legislativo, por intermédio das Comissões de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e da Comissão de Educação do Senado Federal, acompanhará a execução do Plano Nacional de Educação.

III- A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação.

IV- Os planos plurianuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão elaborados de modo a dar suporte às metas inconstantes do Plano Nacional de Educação e dos respectivos planos decenais.

V- Os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Assinale:

- a) Se apenas I, II, III e V estiverem corretas
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas I, II, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

32. De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I- Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com as escolas municipais e estaduais de Ensino Fundamental e Ensino Médio;

II- Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III- Prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV- Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V- Coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b) Se apenas II, III, IV e V estiverem corretas
- c) Se apenas I, II, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

33. De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I- Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II- Definir, com os prefeitos e vereadores, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III- Elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV- Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V- Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

34. De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I- Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II- Exercer, de acordo com o PIB, ação redistributiva em relação às suas escolas;

III- baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV- Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V- oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

35. De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I- Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II- Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III- Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV- Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V- Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento e se não apresentarem resultados positivos, encaminhá-los ao Conselho Tutelar.

Assinale:

- a)** Se apenas I, II, III e IV estiverem corretas
- b)** Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c)** Se apenas I, II, IV e V estiverem corretas
- d)** Se todas estiverem corretas

36. De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III- Zelar pela aprendizagem dos alunos, em especial àqueles oriundos de famílias desestruturadas;
- IV- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V- Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Assinale:

- a)** Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b)** Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c)** Se apenas I, II, IV e V estiverem corretas
- d)** Se todas estiverem corretas

37. De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

- I- A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III- Orientação para o trabalho;
- IV- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Assinale:

- a)** Se apenas I, II e III estiverem corretas
- b)** Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- c)** Se apenas II, III, e IV estiverem corretas
- d)** Se todas estiverem corretas

38. De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

I - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

II- O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

III- O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

IV- O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina

dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

V- Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

Assinale:

- a)** Se apenas I, II e IV estiverem corretas
- b)** Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c)** Se apenas I, II, IV e V estiverem corretas
- d)** Se todas estiverem corretas

39. De acordo com a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

I- É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

II- A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

III- A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; horário especial para o exercício das atividades.

IV- Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

V- Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários tendo como base de cálculo, dois salários mínimos.

Assinale:

- a)** Se apenas I, II, III e IV estiverem corretas
- b)** Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c)** Se apenas I, II, IV e V estiverem corretas
- d)** Se todas estiverem corretas

40. De acordo com a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 em seu Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

I- Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;

II- Conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;

III- conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes;

IV- Aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente;

V- Conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis de prisão temporária ou prestação de serviços comunitários.

Assinale:

- a)** Se apenas I, II, III e IV estiverem corretas.
- b)** Se apenas II, III e IV estiverem corretas.
- c)** Se apenas I, II, IV e V estiverem corretas.
- d)** Se todas estiverem corretas.